



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROCESSO Nº: 5984/2025

PROJETO INDICATIVO Nº: 174/2025

AUTORIA: Cabo Rodrigues

EMENTA: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FUNCIONAMENTO DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO DE URGÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPAS, NO MUNICÍPIO DA SERRA-ES.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL:

- Presidente: Professor Renato Ribeiro (PDT)
- Vice-Presidente: Raphaela Moraes (PP)
- Secretário: Dr. William Miranda (UB)

I. RELATÓRIO

Trata-se de análise do Projeto Indicativo nº 174/2025 , de autoria do Vereador Leandro Rodrigues dos Santos , que objetiva indicar ao Poder Executivo Municipal a implantação do atendimento odontológico de urgência, em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias, nas Unidades de Pronto Atendimento - UPAs localizadas no Município da Serra-ES.

O processo foi protocolado em 09/09/2025 e encaminhado à Presidência. Após despacho para a Procuradoria, foi emitido o Parecer Jurídico. A proposição foi lida no Expediente da Sessão Ordinária em 13/10/2025 e distribuída a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final em 15/10/2025.





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Consta nos autos o Parecer Jurídico nº 569/2025, exarado pela Douta Procuradoria, que opinou pelo **PROSSEGUIMENTO** do Projeto Indicativo. A Procuradoria fundamenta que a matéria se insere na competência legislativa municipal sobre assuntos de "interesse local" (Art. 30, I e II, da LOM). No entanto, por tratar de matéria cuja iniciativa legislativa é de competência exclusiva do Chefe do Executivo (Art. 143, parágrafo único, da LOM), o instrumento adequado é o Projeto Indicativo, conforme preceitua o Art. 136 do Regimento Interno. A Procuradoria também atestou o respeito às diretrizes da Lei Complementar nº 95/98.

O projeto tramita em regime **Ordinário**. Não há registro de Emendas.

II. ANÁLISE

Esta Comissão analisou a proposição sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e juridicidade, conforme competência definida no Art. 64 do Regimento Interno (Resolução nº 278/2020).

1. Constitucionalidade e Legalidade

Compete a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) analisar os aspectos constitucional e legal da matéria, nos termos do Art. 64 do Regimento Interno (Resolução nº 278/2020).

Acolhemos o Parecer Jurídico nº 569/2025, exarado pela Douta Procuradoria.

A proposição sugere a criação de um serviço de atendimento odontológico 24 horas nas UPAs, o que se refere diretamente à organização e ao funcionamento dos serviços públicos de saúde. Tal matéria é de competência administrativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto no Art. 143, parágrafo único, da Lei Orgânica Municipal (LOM).





Portanto, o instrumento é **constitucional e legal**.

O texto apresenta-se com clareza, precisão e ordem lógica. Não foram identificados vícios de técnica legislativa ou erros de redação que necessitem de Emenda de Redação.

III. VOTO DA COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Diante do exposto, esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifesta-se pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE e BOA TÉCNICA LEGISLATIVA** do Projeto Indicativo nº 174/2025.

IV. CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão opina **FAVORAVELMENTE** à tramitação e aprovação do Projeto Indicativo nº 174/2025.

Sala de Reuniões, 27 de novembro de 2025.

Professor Renato Ribeiro (PDT)
Presidente

Raphaela Moraes (PP)
Vice-Presidente

Dr. William Miranda (UB)
Secretário

